

## **Política de Proteção de Dados da Associação Bandeira Azul da Europa Projeto Interreg Sudoe ClimACT**

1. A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais indicados é a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, com sede na Rua General Gomes Araújo, Edifício Vasco da Gama, Bloco C, 1350-355 Lisboa.
2. O tratamento dos dados pessoais em causa é efetuado para fins de participação no curso e serão utilizados para contacto/accompanhamento, envio de informações sobre o curso e sua subsequente divulgação e arquivo histórico.
3. Os dados pessoais fornecidos em formulário de inscrição online são tratados por serem necessários para o prosseguimento de interesses legítimos da ABAE no âmbito da gestão do curso, uma vez que a ABAE se trata duma organização não governamental de ambiente, sem fins lucrativos, dedicada à educação para o desenvolvimento sustentável e à gestão e reconhecimento de boas práticas ambientais. Não obstante o tratamento de dados pessoais em causa se encontrar abrangido pelo prosseguimento de interesses legítimos da ABAE, será pedido o consentimento expresso aos titulares dos dados pessoais em causa.
4. A ABAE irá manter todos os dados pessoais recolhidos e tratados pelo período máximo de três anos após a realização do curso para que os participantes possam ser informados e convidados para atividades semelhantes que serão mantidos enquanto se revelarem necessários para efeitos de divulgação, prova e arquivo das atividades levadas a cabo pelo projeto Interreg Sudoe ClimACT.
5. Mediante comunicação escrita a ser enviada para a morada indicada no número 1 supra, e encontrando-se reunidas as condições legais para tal, o titular dos dados indicados na Ficha de inscrição poderá proceder ao exercício dos direitos de acesso, retificação, apagamento, oposição, limitação e portabilidade dos seus dados, bem como retirar o consentimento (não obstante se manter a licitude para o tratamento com base nos interesses legítimos da ABAE conforme acima indicado). Informamos ainda que assiste o direito de apresentar uma reclamação diretamente à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.